

O nosso novo Futuro Comum

A Humanidade enfrenta hoje desafios como poucos algum dia imaginaram. Num curto espaço de tempo tudo se tornou diferente sem que consigamos compreender ainda se e quando voltaremos a alguma normalidade e qual a forma que esta assumirá.

Estamos colocados perante um novo contexto a cuja origem não somos estranhos. Existe consenso científico em torno do contributo que a relação que temos estabelecido com a natureza e a forma de globalização que temos exercitado, desempenharam na criação das condições que resultaram na situação atual.

A disrupção causada na vida das pessoas e das famílias, nas regras de convivência social, na economia é inegável e será longo o caminho até uma nova normalidade. A grande questão é: quais serão as características e até que ponto conseguiremos potenciar uma nova realidade que nos proteja de crises futuras que já se avizinham e que serão inevitáveis se apostarmos no regresso ao *business as usual*.

Contudo, se agirmos com sapiência e coragem, esta crise pode ser superada através da união de esforços na transformação dos modelos socioeconómicos, focando-nos no bem-estar das pessoas e no estabelecimento de uma relação de equilíbrio e respeito pelos limites do planeta.

E os sinais desta transformação já começam a ser visíveis nas correntes de solidariedade, na capacidade de adaptação rápida de muitas empresas, na disponibilização de eventos culturais para toda a população, na capacidade de adaptação de todos a novas formas de comunicar e de trabalhar a partir de casa. É um novo mundo de possibilidades que se abre e pode ancorar e ser potenciado por avanços conseguidos nos últimos anos na área das energias renováveis, da mobilidade sustentável, da agroecologia, do repensar dos produtos no sentido de fomentar a sua durabilidade, reparabilidade e possibilidade de reutilização e reciclagem.

Certamente não partimos do zero e podemos capitalizar investimentos já feitos e potenciar muitos outros, no sentido de tornar o Pacto Ecológico Europeu como o elemento central para construção de uma nova União Europeia. Solidária, transparente, atenta às necessidades das pessoas, justa e equitativa e em equilíbrio com a nossa base natural. Uma UE que ao mesmo tempo que se reforça internamente, promove e estimula a cooperação internacional entre países no sentido de enfrentar os desafios e crises que já se colocam no presente e se colocarão no futuro.

Este é um momento de escolhas difíceis, mas é também o momento que definirá o nosso futuro coletivo. Por isso, devemos enfrentá-lo com esperança e com coragem para promover a transição para a sustentabilidade, fundamental para a existência da espécie humana.

É neste contexto que a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável preparou o presente documento, no sentido de apresentar propostas que, acreditamos, podem contribuir para a concretização da visão descrita anteriormente.

LISBOA, 22 DE ABRIL DE 2020

DIA DA TERRA

1. PRINCIPAIS AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

1.1. AMEAÇAS

- Uso do momento atual **para justificar atrasar, enfraquecer ou mesmo fazer retroceder medidas fundamentais para a sustentabilidade.**
- **Direcionar os apoios para atividades intensivas em termos de emissões de carbono, sem qualquer reflexão,** seguindo apenas uma lógica de procurar resolver um problema imediato, mesmo que este apenas vá reforçar a probabilidade de voltarmos a ter problemas semelhantes num futuro próximo.
- **Diminuição da perceção da premência de outras emergências** (como é o caso do clima, da perda de biodiversidade e do uso insustentável de recursos) por parte de diferentes *stakeholders* representantes políticos e dos cidadãos, ainda que estas mantenham a sua urgência e haja o risco de sinergias entre crises amplificando muito os seus efeitos negativos.
- **Favorecimento de modelos de negócio que assentam num modelo linear e no business as usual,** que usam este momento para reforçar a sua posição (por exemplo, empresas e associações que defendem interesses ligados ao descartável e à incineração de resíduos, mas também várias outras atividades poluentes a defender atrasos na implementação de legislação).
- **Receio de frequentar espaços públicos,** de participar em eventos, de **utilizar transportes coletivos** ou outras infraestruturas partilhadas.
- **Aumento do controlo do Estado sobre a liberdade das pessoas** e o eventual uso das novas tecnologias na restrição de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

1.2. OPORTUNIDADES

- **A aposta numa economia de base mais local e nacional** pode ajudar em momentos de crise como o presente, onde o acesso aos recursos necessários pode ser facilitado (por exemplo, as empresas que conseguem produzir em Portugal o material necessário para a área da saúde; o abastecimento agrícola de base local ou regional; a economia circular, com a possibilidade de reparação, da reutilização como promotores de emprego local e regional).
- Potencial de **reflexão sobre o que é realmente essencial no sentido de reduzir os níveis de consumo** e aumentar a eficiência no uso dos recursos no futuro.
- Desenvolvimento da **capacidade de adaptação e reação do tecido empresarial a novas realidades emergentes** e reforço das sinergias universidades/empresas no sentido de serem encontradas soluções criativas para problemas do país.
- Potenciar a **criação de emprego a nível local e regional** aproveitando as oportunidades decorrentes da aposta em áreas como a promoção de uma economia circular (reutilização, reciclagem de resíduos), da aposta na reabilitação das cidades e vilas no sentido de melhorar as condições de vida das famílias mais vulneráveis (aproveitamento de energias renováveis, eficiência energética, conforto térmico), numa agricultura de múltiplos outputs de base local e regional assente em circuitos curtos de distribuição.

- Constatação da **importância de prepararmos a sociedade e a economia para outras crises fundamentais como é a climática e a ambiental**. Esta experiência atual permite compreender as graves consequências que podem resultar da impreparação para enfrentar os riscos que se colocam à sociedade e à economia. Não agir sair-nos-á muito mais caro do que agir atempadamente assegurando uma transição justa. Aplicar estes ensinamentos à gestão de outras crises que temos em mãos será muito benéfico para a sociedade.
- **Potencial de redução de deslocações e viagens (em particular para fora do país)**, dada a experiência que está a ser realizada de organizar eventos habitualmente presenciais, em formato virtual. Muitas empresas, entidades, trabalhadores estão a descobrir o potencial das reuniões virtuais e do teletrabalho, o que poderá vir a ter reflexos positivos no futuro, em termos de ganhos de produtividade (melhor gestão do tempo), de impacto ambiental (menos emissões associadas à mobilidade, otimização da gestão dos transportes públicos, menor utilização do transporte individual) e financeiros (menores custos de transporte) que daí podem advir.
- Constatação das **desvantagens de uma sociedade globalizada no modelo atual**, que fragiliza a capacidade de resposta dos países dada a enorme dependência de países terceiros para abastecimento, mas que abre a porta a um melhor **entendimento das vantagens de apostar** de forma decisiva **numa economia circular de base mais local e regional**.
- **Maior sentimento de comunidade e interajuda**, onde muitas pessoas se oferecem como voluntários ou que começam a contactar com vizinhos com quem antes nunca tinham comunicado ou sobre os quais pouco sabiam. Estabelecimento de redes de ajuda junto dos mais vulneráveis: idosos, pessoas infetadas ou em quarentena obrigatória. Estabelecimento de redes colaborativas visando a criação de novas atividades que fomentem a satisfação de necessidades locais e garantam a manutenção dos rendimentos no interior das comunidades.
- **Apostar num setor da saúde menos assente em produtos descartáveis** e reforçar a capacidade de esterilização junto das unidades de saúde. Em muitos casos (ainda que não em todos) uma aposta na utilização de materiais de proteção pessoal reutilizáveis permitiria um acesso mais imediato às condições necessárias a uma ação segura, em vez de ser necessário aguardar pela chegada de material vindo de longe, num momento de enorme aumento da procura. O exemplo da colaboração entre as autoridades portuguesas na área da saúde, indústria nacional e o CITEVE, no caso das máscaras sociais/comunitárias, é uma pequena amostra do potencial de inovação e integração de conhecimento nacional no desenhar de soluções sustentáveis que possam aumentar a resiliência do país a novas crises.
- **Noção mais clara da nossa interconexão e da interdependência** local, regional, nacional, europeia e mundial que existe para resolvermos os problemas que iremos enfrentar.
- Perspetiva reforçada de que **todos temos importância na sociedade e todos podemos contribuir para a resolução dos problemas**.

2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO

- **Oferecer uma mensagem positiva assente no objetivo claro de reforçar a coesão social, promovendo o bem-estar da sociedade, dentro dos limites do planeta**. Deve haver unidade e clareza na mensagem, apresentando as mudanças necessárias como um contributo para a construção de um futuro conjunto melhor. **Não pode haver discursos contrários sobre a relevância do Pacto Ecológico Europeu ou do Acordo de Paris, ou do cumprimento da legislação ambiental já existente**.

- **Manter um fio condutor entre as diferentes medidas propostas respeitando os valores europeus** – dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, cumprimento da lei e os direitos humanos.
- Aceitar que desta crise resulta a conclusão que **a intervenção do Estado é fundamental para responder de forma eficaz a esta, mas também a outras crises que tenhamos que enfrentar**. Não é possível um constante desinvestimento nas estruturas que garantem segurança, qualidade de vida e equidade – serviços de saúde, de educação e de apoio social – algo que deverá ser alterado no seguimento desta crise.
- **Garantir que o funcionamento das empresas em tempos de crise e aquando da sua recuperação económica cumpre a legislação** através do fortalecimento da capacidade inspetiva e da ação por parte das entidades reguladoras.
- Desafiar **as universidades**, politécnicos e outras instituições universitárias no sentido de alterarem os currículos dos cursos, **inserindo de forma transversal o tema da sustentabilidade**.
- **Assumir, por parte das empresas e da banca, do princípio da responsabilidade social**, definida não em termos de doações e apoios mecenáticos, mas **numa alteração do seu core business no sentido de o tornarem sustentável do ponto de vista ambiental, social e económico**.
- **Aplicação plena das regras para investimento sustentável** aprovadas no âmbito da UE, garantindo que os empréstimos e investimentos realizados são fundamentados numa sólida análise do seu impacto na sustentabilidade.
- **Perdoar a dívida dos países em desenvolvimento afetados pela atual crise**, no sentido de permitir libertar fundos para responder aos desafios.

3. MEDIDAS ESTRUTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL PARA TODOS

- **Garantir que há uma estratégia concertada, coesa e coerente que explora fatores de multiplicação e uma visão de médio/longo prazo na direção da sustentabilidade**, comunicada de forma cuidadosa e consciente, justificando bem as opções tomadas no sentido de conquistar o apoio dos cidadãos e dos empresários para a oportunidade de operar uma mudança estrutural rumo à sustentabilidade e a uma sociedade mais resiliente e justa. Em suma, o objetivo deve ser o de estimular economicamente no curto prazo, mas dando sinais claros ao mercado de qual irá ser a trajetória no médio/longo prazo, dando confiança ao tecido empresarial sobre para onde devem direcionar os seus investimentos.
- **Todos os apoios devem ser oferecidos com condições/contrapartidas em termos de desenvolvimento sustentável**: o dinheiro dos contribuintes não deve ser usado para passar cheques em branco a empresas ou entidades. Deverá haver um escrutínio cauteloso da forma como os apoios são concedidos e posterior fiscalização rigorosa.
- Garantir que os **resgates e o grosso dos apoios económicos são direcionados para o fortalecimento do setor da saúde** (tornando-o mais resiliente a crises como a que estamos a atravessar no presente), **para o bem-estar de todos e para proteger o rendimento dos trabalhadores** e das pequenas e médias empresas.
- Garantir o **cumprimento dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu**, incluindo os **compromissos mais ambiciosos de redução de emissões para 2030 e de neutralidade carbónica para 2050**.
- **Reforçar que é necessário adotar novos indicadores para avaliar a evolução dos países**. O PIB é um indicador muito enganador e não reflete, de todo, a mudança necessária do enfoque na questão financeira estrita, para o bem-estar das pessoas e o respeito pelos limites do planeta.

- **Apostar na redução das desigualdades e não no reforço dos ganhos daqueles que procuram assegurar os lucros e o pagamento de dividendos a acionistas.** Os apoios devem ser direcionados para a transferência entre atividades, para compensações, treino e capacitação. Só desta forma será possível assegurar uma transição justa, que deve ser preparada num ambiente participativo envolvendo governos, municípios, empresários, representantes dos trabalhadores e organizações da sociedade civil.
- **Focar os investimentos em áreas que promovam uma transformação estrutural e promovam o emprego,** por exemplo, na **componente digital** no sentido de permitir que mais pessoas trabalhem a partir de casa (promovendo benefícios às empresas que o façam, devendo a administração pública dar o exemplo) e que seja possível organizar reuniões e eventos internacionais sem necessidade de deslocação física, na aposta numa **mobilidade mais sustentável** muito assente na oferta de transportes públicos e interoperabilidade, na **redução da pobreza energética** através de investimentos em reabilitação de habitações e promoção da eficiência energética junto dos agregados familiares mais vulneráveis, na promoção de projetos e legislação que permitam aumentar a **utilização de materiais reutilizáveis** nas atividades, que promovam a qualidade dos produtos, a sua durabilidade, reparabilidade, adaptabilidade e reciclabilidade, reduzindo despesas para os empresários e reduzindo o impacto ambiental das mesmas.
- **Usar as compras públicas** (a nível central, mas também municipal) **como motor de investimentos e de incentivo às empresas para oferecerem produtos e serviços sustentáveis,** de preferência de base local. Para tal será importante criar a confiança de que esta aposta do setor público na sustentabilidade é um objetivo central para o presente e para o futuro, no sentido de dar mais certezas e maior previsibilidade às empresas sobre para onde devem direccionar os seus investimentos. A integração de critérios de sustentabilidade nas compras públicas deve ser um elemento estrutural do programa de investimentos e aquisições a desenvolver na retoma.
- **A implementação da legislação nunca deve ser posta em causa ou flexibilizada,** pois quando isso acontece são as empresas que são menos proativas e normalmente incumpridoras que são apoiadas, acabando por conseguir competir com as empresas mais preparadas de uma forma desigual (dados os investimentos que estas últimas tiveram que fazer e que têm dificuldade em amortizar num mercado de competição desleal).
- **Trabalhar a montante na regulamentação e normalização de produtos** tendo em vista a sua sustentabilidade. Por exemplo, implementar normas de durabilidade, garantias do direito a reparar e atualizar, de reutilização e reciclabilidade são medidas que, ainda que não no curto prazo, mas a médio prazo, permitirão criar novas áreas de trabalho qualificado na UE e aumentarão a resiliência da União Europeia a choques como o atual (aumentando a sua capacidade de resposta interna) e reduzirão o seu impacto em termos de uso de capital natural. Garantir que apenas produtos que cumpram critérios de sustentabilidade podem entrar no mercado sem penalizações é também uma medida importante.
- Aposta na **formação para uma transição justa,** seja na área da energia, seja na área da agricultura (transição para uma agricultura assente nos princípios da agroecologia), capacitando os trabalhadores, decisores em diferentes contextos, professores e estudantes de ensino superior e a própria administração pública, para conseguirem agir e trabalhar num mundo em mudança.
- Promover **uma nova abordagem ao comércio internacional,** evitando promover o transporte de bens a longa distância e **privilegiando as trocas comerciais dentro de cada país e entre os países da UE.** Se é um facto que nenhum país é autossuficiente no seio da UE, também é um facto que em conjunto pode e deve **ser reforçada a resiliência interna** a situações como a atual. No mínimo, os acordos comerciais estabelecidos devem ter cláusulas de sustentabilidade de cumprimento obrigatório, no sentido de criar condições de igualdade entre quem produz na UE e quem produz fora da UE. Não podemos continuar a pactuar com a exportação dos impactos negativos.

4. MEDIDAS ESTRUTURAIS EM SETORES ESPECÍFICOS

4.1. Turismo

- O turismo é um setor de elevado impacto ambiental e onde há um conjunto de compromissos que devem ser assumidos previamente à atribuição de apoios. Há também lições a retirar do impacto que a presente crise teve no setor, sendo este o momento certo para pensar uma nova estratégia para o turismo que aumente a resiliência do setor a futuras crises, entre elas a climática. Desenvolver uma **nova estratégia nacional para o setor do turismo, que assente numa base de maior proximidade geográfica** e que valorize os fatores diferenciadores de Portugal face a outros destinos, como sejam a sua biodiversidade, a sua cultura e a sua gastronomia.
- Na área da restauração e do alojamento há muito que pode ser feito para **reduzir o desperdício alimentar, bem como para reduzir a produção de resíduos**. Assim, é importante que as unidades hoteleiras e os estabelecimentos de restauração e similares que recebam incentivos tenham que se comprometer com um conjunto de objetivos de redução no sentido de serem estabelecimentos zero resíduos.
- As grandes unidades hoteleiras devem ainda assumir um **compromisso com os produtores locais/nacionais**, no sentido de estimular o desenvolvimento de cadeias curtas agroalimentares e de fomentar o consumo de produtos de base local, regional e nacional.

4.2. Aviação

O **setor da aviação** é um dos setores que sofreu um forte impacto decorrente da presente crise. É também sabido que **é um dos setores que, não obstante ter um impacto ambiental negativo muito significativo, é dos que menos retribui à sociedade, no sentido em que opera com baixíssimos níveis de taxação**, quando comparado com outros setores essenciais. Por outro lado, o sector da aviação tem crescido debaixo de uma expectativa sempre crescente de procura de serviços, expectativa que deverá ser repensada em face da inevitável quebra de procura, mais ou menos permanente, seja de serviços de aviação de “business” – concorrência com serviços de teleconferência, seja de procura de aviação turística, em face da crise e do recentramento das prioridades de despesa das famílias. **Os apoios prestados a empresas deste setor devem estar condicionados a contrapartidas obrigatórias num futuro próximo e previamente definidas, nomeadamente:**

- Aplicação de IVA a 23% aos bilhetes de avião comprados
- Aplicação de um imposto sobre o combustível incluindo a forma de uma taxa de carbono
- O pagamento de IVA do combustível.
- Deve ser exigido um esforço de redução (e não apenas de compensação) de emissões de carbono da aviação e a inclusão de todas as emissões no médio prazo no comércio europeu de licenças de emissão de todos os voos.

Algumas destas medidas podem ser unilateralmente promovidas por Portugal e outras exigem articulação europeia. No caso do nosso país, é absolutamente vital o respeito integral da legislação de ruído em cidades como Lisboa e um período noturno sem voos de seis horas.

Deve ainda ser criado um programa de apoio ao redimensionamento do setor, promovendo a formação e capacitação de trabalhadores deste setor, no sentido de poderem ser encaminhados para o desempenho de funções noutros setores.

4.3. Energia

Na área da energia, há um conjunto significativo de investimentos que pode ser feito com inegáveis benefícios muito para além da questão ambiental, como é o caso da redução da pobreza energética, da promoção do emprego local e regional e da produção nacional. Áreas como a reabilitação urbana, eficiência energética ou o aproveitamento de energias renováveis são um exemplo claro destas potencialidades, como já previamente comprovado em Portugal. De forma mais concreta, algumas das medidas possíveis são:

- Avançar com um **forte investimento na redução da pobreza energética**, nomeadamente pondo em prática medidas como a aplicação de técnicas de calafetagem e reforço do isolamento de coberturas e paredes ou mesmo através da instalação de equipamentos de elevada eficiência, que permitam aos agregados familiares mais pobres aceder a uma maior qualidade de vida. Estas são áreas intensivas em mão de obra e com potencial de impacto positivo a nível local e regional.
- Avançar, muito para além do atual quadro legal relativo às comunidades energéticas e autoconsumo de eletricidade, com um **programa ambicioso de apoio à implementação da produção descentralizada de energias renováveis** (produção de eletricidade e aquecimento de águas sanitárias) desde logo em instituições públicas, mas também junto dos agregados familiares com rendimentos mais baixos e de Instituições Particulares de Solidariedade Social.
- **Desenvolver programas de crédito bonificado desburocratizados**, no sentido de estimular a aquisição de equipamentos de aproveitamento de energias renováveis e de promoção da eficiência energética, dirigidos à população em geral. Estes programas devem ser desenhados por forma a catalisar a incorporação de tecnologia portuguesa e europeia, ao mesmo tempo que permitam a criação de emprego em serviços como o desenho, dimensionamento e instalação de equipamentos.
- As metas de incorporação de renováveis, em particular descentralizado, e de eficiência energética, deveriam consequentemente ser revistas por forma a permitirem maior ambição.

4.4. Mobilidade e Transportes

Esta é uma área fulcral para alcançar o objetivo da neutralidade carbónica e é um dos setores onde a mudança rumo à sustentabilidade tem sido mais difícil. Isto, não obstante ser um dos setores com maior impacto em termos de impacto na saúde pública, seja através da poluição do ar, seja através do ruído. Contudo, as alterações verificadas durante a atual crise demonstraram o enorme potencial associado à utilização do teletrabalho e à realização de reuniões e eventos à distância, uma tendência que deverá ser potenciada, não apenas como salvaguarda da saúde dos cidadãos no curto prazo, mas como medida de estímulo à sustentabilidade e qualidade de vida do país no médio/longo prazo. Assim, algumas medidas possíveis são:

- Promover um **programa de incentivos às empresas no sentido de fomentarem o teletrabalho de forma regular**, seja apenas de forma parcial (1/2 dias por semana), seja de forma mais alargada. Este programa pode e deve também ser implementado na administração pública, nos serviços onde tal for viável. A própria área do ensino, em particular ao nível do ensino superior, pode fazer um uso

muito mais alargado das tecnologias no sentido de fomentar uma mobilidade mais sustentável (através da redução da mobilidade) dos alunos e dos professores.

- No **transporte rodoviário, é importante condicionar fortemente a utilização do transporte individual** e efetuar um financiamento cruzado para reforço da disponibilização de transportes públicos, em particular nos grandes centros urbanos. **É fundamental assegurar de forma estruturante que os benefícios sentidos devido à crise no que respeita à redução da poluição do ar, ruído e congestionamento, não se percam.**
- Todos os apoios à **indústria automóvel devem ser no sentido da promoção (construção e venda) de veículos 100% elétricos**, reforçando-se também a infraestrutura de carregamento de veículos elétricos por todo o país.
- O **reforço da oferta e interoperabilidade dos transportes coletivos**, melhorando a disponibilidade de horários e garantindo uma melhor articulação entre modos de transporte coletivo.
- No **transporte ferroviário é crucial implementar soluções de alta velocidade nas ligações Norte-Sul e Portugal-Espanha com ligação ao resto da Europa** para reduzir o recurso à aviação, responsável por emissões muito mais significativas.
- Uma aposta forte é também necessária na **incorporação de modos suaves de transporte**, considerados não apenas como complementos, mas como parte integrante de sistemas de mobilidade das cidades. Acrescente-se que Portugal tem indústria de base nacional competitiva na produção de bicicletas e em serviços de apoio, a qual deve ser apoiada.

4.5. Resíduos

O setor dos resíduos urbanos vinha a registar uma tendência negativa em termos de sustentabilidade, com um aumento progressivo da produção de resíduos a cada ano, sem sinais de abrandamento. Esta é uma tendência que é urgente inverter. A crise atual virá a ter, sem dúvida, algum impacto na produção de resíduos urbanos, em particular devido à redução da atividade turística e em vários outros setores. Contudo, não serão resultados de longo prazo, a não ser que sejam desenvolvidas políticas de fomento de estratégias de zero resíduos, com um forte enfoque na prevenção e na reciclagem. A prevenção da produção de um resíduo representa uma redução de custos para as empresas, para os cidadãos, para os municípios. As potencialidades da economia circular para reduzir a produção de resíduos, mas também para promover o emprego a nível nacional apostando finalmente na redução, reutilização, reparação, adaptação e reciclabilidade de produtos e bens, devem ser aproveitadas em pleno. Algumas medidas prioritárias são:

- Aposta muito significativa na redução da produção de resíduos através da definição de metas de redução a diferentes níveis, aproveitando o facto de se encontrarem em período de transposição para a legislação nacional de várias Diretivas na área dos resíduos:
 - Fixação de **metas de redução de resíduos urbanos e redução de embalagens**, bem como metas de reutilização em ambos os casos, algo que deverá acontecer já no âmbito da transposição das diretivas embalagens e resíduos.
 - Obrigatoriedade de **definir metas de redução e reutilização**, no âmbito do processo de atribuição de novas licenças a outros fluxos de resíduos integrados em sistemas de responsabilidade alargada do produtor.
- **Aumentar a taxa de gestão de resíduos relativa à deposição em aterro e incineração**, de forma a dar sinais claros no sentido da prevenção e reciclagem.

- Aplicação de **taxas sobre a sobre embalagem** e sobre todos os sacos não reutilizáveis a longo prazo, no sentido de reduzir a sua utilização.
- **A aplicação rigorosa da legislação** pode maximizar o aproveitamento de materiais para reciclagem, com pleno respeito pelo ambiente, por exemplo, através de maior fiscalização e aplicação de coimas a empresas e entidades gestoras que não cumpram com a Lei e as suas responsabilidades. Fluxos como os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, as lamas de ETAR ou os Resíduos de Construção e Demolição sofrem de uma gestão em que a taxa de reciclagem é muito baixa ou quase nula e onde a ilegalidade se acumula, estando criado um clima económico que impede o investimento em boas soluções de tratamento/reciclagem destes resíduos, uma vez que nenhuma empresa séria quer investir num setor onde a ilegalidade compensa.
- **Apoiar projetos a nível municipal e intermunicipal** de desenvolvimento de **estratégias Zero Resíduos**.
- Deve-se igualmente apoiar a transição de empresas na área da produção de embalagens e produtos descartáveis para a **produção de soluções de reutilização**, devendo este apoio ser acompanhado pela respetiva regulamentação estimulando o mercado a reduzir de forma muito significativa a utilização do uso único e estimulando as soluções de reutilização.

Reforçar o investimento público e privado em soluções para o tratamento de vários tipos de resíduos orgânicos que permitirão a criação de uma cadeia de valor, com vantagens no combate às alterações climáticas (redução da emissão de gás metano em aterro) e na recuperação do teor da matéria orgânica no solo, parâmetro fundamental para melhorar a fertilidade dos nossos solos, reduzindo os custos com a aquisição de fertilizantes inorgânicos.

4.6. Agricultura

Efetivamente, a agricultura continua a ser um dos setores mais subsidiados. Contudo, é também um dos setores que continua a ter um impacto ambiental muito significativo, sendo que muitas vezes os fundos públicos são usados em atividades insustentáveis, não apenas em relação a outros fatores ambientais (gasto de água, poluição, etc.), mas também em relação a um elemento fundamental como é a conservação do solo. A atual crise veio demonstrar a importância da produção e abastecimento de âmbito local e regional, com melhor capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos (entrega domiciliária) e com um grande aumento de procura (por exemplo na área da produção em modo biológico). Demonstrou ainda que é fundamental redirecionar a produção para as necessidades nacionais, no sentido de tornar o nosso modelo agrícola mais resiliente a crises, em particular as que possam interferir com a exportação/importação de bens essenciais. Não se trata de tornar o país autossuficiente em todas as áreas, mas antes de reforçar a sua capacidade interna de autoaprovisionamento, algo que só será possível com uma aposta clara na promoção dos princípios da agroecologia.

- **Apostar numa agricultura de múltiplos outputs e promotora da soberania alimentar** (produção de alimentos de qualidade; preservação dos solos, redução da poluição e do uso de água; valorização de serviços de ecossistema) reduzindo progressivamente até à completa eliminação dos apoios a práticas agrícolas assentes num único output – produção.
- **Delinear uma estratégia de soberania alimentar**, visando reduzir a nossa dependência face ao exterior, garantindo no curto prazo o autoaprovisionamento de produtos agrícolas cujas produções são conciliáveis com as exigências edafoclimáticas do país, designadamente as leguminosas e os frutos secos, o que deverá ser planeado região a região.

- **Apoiar a reconversão de explorações agrícolas convencionais aos princípios da agroecologia e da agricultura biológica e promover a retirada progressiva de apoios a monoculturas de elevado impacto** paisagístico, territorial e de poluição.
- Promover a organização da estrutura fundiária de modo a **facilitar o acesso à terra e organização cooperativa de pequenas propriedades**, sobretudo perto dos perímetros urbanos e mesmo dentro destes (agricultura urbana).
- **Promover um forte investimento na conservação da natureza e do solo e na restauração dos serviços de ecossistema.** Apostar num planeamento que promova um mosaico agroflorestal capaz de garantir a conservação da biodiversidade, a restauração de ecossistemas e o aumento da produtividade do solo, que torne o país mais resistente ao flagelo dos incêndios e que possa dar alternativas de emprego e rendimento aos agregados familiares e a empresas localizadas nas regiões mais desfavorecidas.
- Os investimentos a apoiar devem contemplar uma aposta numa **agricultura assente em cadeias curtas de produção**, que reduzam os impactos decorrentes do transporte a longa distância/refrigeração, entre outros. Revitalizar os mercados locais favorecendo a sua maior ocorrência e multifuncionalidade (reconhecimento enquanto espaços culturais e didáticos) com um enfoque mais marcado na disponibilização ao público de produtos de cadeias curtas.
- **Promover políticas de redução do desperdício de alimentos ao longo da cadeia de produção** (com um particular enfoque na área da produção). **Reforço da** capacidade inspetiva e de aconselhamento a nível regional, no sentido de fomentar uma mais rápida transição para uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia. Criar condições para a fundação de centros de investigação e partilha de conhecimento na gestão de ecossistemas, formados pela comunidade, especialistas e não-especialistas.
- **Estabelecer indicadores objetivos para a eficiência da agricultura**, no que respeita à sua pegada (como por exemplo o balanço de uso de energia). A estes indicadores deve-se juntar outros que permitam aferir o estado dos solos (microbiologia, matéria orgânica, estrutura, etc.) e da biodiversidade. Uma metodologia de análise dos serviços dos ecossistemas deve ser desenvolvida e universalizada. Estes indicadores devem estar na base das tomadas de decisão acerca do desenvolvimento dos modelos agrícolas.
- **Estimular e valorizar a agricultura familiar**, dado o seu potencial de aumento da resiliência dos agregados familiares, em particular os mais vulneráveis, em alturas de crise. E este nível será também fundamental trabalhar no sentido de garantir o escoamento dos excedentes desta agricultura em mercados locais ou regionais ou supermercados, no sentido de prevenir o desperdício e garantir um rendimento extra às famílias.

4.7. Educação

A educação é uma área fundamental para garantir que a sociedade portuguesa tem um conhecimento mais profundo das potencialidades da sustentabilidade e dos desafios colocados pelos limites do Planeta. Neste contexto, é importante considerar dois níveis complementares de ação: a construção e sedimentação de práticas individuais de promoção da sustentabilidade e a formação sólida de todos aqueles que poderão vir a tomar decisões com impacto estrutural na sociedade. Algumas medidas propostas são:

- Lançar um **desafio às universidades**, politécnicos e outras instituições universitárias no sentido de alterarem os currículos dos cursos, **inserindo de forma transversal o tema da sustentabilidade**, garantindo que os seus alunos desenvolvem capacidades para analisar, operar e decidir em situações complexas e compreendem o imperativo de desenvolver as suas atividades tendo por referência os limites colocados pelo planeta.
- **Disponibilizar recursos aos educadores** dos diferentes graus de ensino tendo em vista trabalhar temas relacionados com a Economia Circular e os princípios da suficiência.
- Promover **medidas/programas de sustentabilidade no sistema educativo**, possibilitando a introdução mais alargada de programas de ensino à distância, promovendo o transporte escolar em ambiente urbano e a promoção do transporte público coletivo nas camadas mais jovens; promovendo a reutilização de materiais escolares, incluindo manuais.
- Tornar as **escolas laboratórios vivos de concretização da sustentabilidade** e polos de promoção desta perspetiva junto da comunidade alargada.